

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas

Deputado Pedro do Carmo

**Assunto: Audição com carácter de urgência à Senhora Ministra da Agricultura para prestação de esclarecimentos sobre a extinção da Secretaria de Estado da Agricultura, a crise generalizada no sector, política e económica, e a constante diminuição da sua importância no Executivo de Portugal.**

Exmo.º Senhor Presidente,

Desde que Maria do Céu Antunes tomou posse como Ministra da Agricultura, sucessivos têm sido os casos, os momentos, as evidências, as demonstrações, as constatações e, sobretudo, as reivindicações e alertas por parte do sector, que o Ministério da Agricultura, o sector agrícola especificamente e o mundo rural em geral, não passam hoje de uma sombra sem qualquer peso político e orientação estratégica no Executivo, circunstância que parece augurar a destruição total de um dos sectores historicamente mais importantes do país.

Exemplos da consideração que acima se acaba de considerar são muitos, respostas que justifiquem a sua existência, nenhuns.

Em 2019, numa decisão a todos os níveis incompreensível, o Ministério da Agricultura perdeu para a pasta do Ambiente a tutela das florestas, circunstância que para lá do seu significado político de clara menorização, significou no essencial uma profunda redução no orçamento da pasta que articuladamente estava encarregue de gerir os fundos oriundos de Bruxelas destinados ao desenvolvimento rural.

Em 2020, o caminho de menorização política do Ministério da Agricultura continuou preocupantemente visível, também com a passagem da tutela dos animais de companhia para o Ministério do Ambiente, deixando de estar sob a alçada da DGAV - Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

Nesse momento, Maria do Céu Antunes procurou justificar esta profunda alteração operativa com o número de animais de companhia existentes no nosso país, considerando que a DGAV se deveria centrar nos critérios de bem-estar dos animais de produção, sendo que até hoje nunca ninguém percebeu, realisticamente, em que é que uma coisa, impedia a outra, apenas se compreendendo estes fenómenos de abdicação tutelar como outra demonstração do início de um caminho prévia e escondidamente traçado para desmantelar o Ministério da Agricultura.

No que respeita ao distanciamento da Ministra face ao sector e total inoperância política de respostas às necessidades, reivindicações, queixas e problemas dos agricultores e agricultura nacional, a incompetência sempre se mostrou também ela presente, não sendo necessário, nem já sequer possível, elencar todos os momentos em que as mais variadas entidades representativas do sector se mostraram preocupadas ou mesmo em profunda discordância quanto à apatia do Ministério em certas ocasiões, e decisões mal tomadas, noutras.

Desde problemas que começaram nos atrasos aos pagamentos devidos aos agricultores na mais variadas rubricas, passando pela escassez, inexistência ou atraso na liquidação de ajudas aos agricultores por calamidades como as secas o posteriormente as cheias, e terminando numa gritante e inadmissível incapacidade do Ministério da Agricultura e Alimentação conseguir executar os fundos comunitários que a Portugal são disponibilizados pela Europa, basta fazer uma pesquisa rápida num qualquer motor de busca de internet para constatar que os exemplos são às centenas.

Polémicas, políticas ou alegadamente passíveis de configurar ilícitos criminais, essas, também não faltaram, deixando como herança a actual ministra, episódios como aquele em que em declarações prestadas à imprensa pareceu considerar que o Ministério da Agricultura apenas se preocupada com os agricultores eleitores do partido socialista, episódio que motivou a sua chamada à Assembleia da República em sede de comissão, sendo que na verdade tudo quanto disse não pareceram mais que desculpas esfarrapadas para declarações que num país normal teriam imediatamente ditado, por sua iniciativa ou do primeiro-ministro, a sua demissão.

Já para não falar no alegado conhecimento ou desconhecimento da Senhora Ministra quanto aos processos em tribunal relacionados com a célebre secretária de Estado que durou no cargo pouco mais de 24 horas, record que daria para rir se não representasse a vergonha, o desprestígio, o gritante lamento ilustrativo de uma personalidade política que envergonha o sector que ainda tutela, que é o mesmo que dizer envergonha todos os portugueses por vergonha alheia face aquela que sendo sua devia ter e nunca demonstrou existir.

Pois bem, não obstante tudo quanto se acabou de considerar, e quando se pensaria que mais baixo o Ministério da Agricultura não poderia chegar, num intervalo que entre tudo quanto se escreveu antes e o que seguidamente se escreverá assistiu a uma anunciada extinção das DRAP, que na verdade a Ministra disse não ser uma extinção mas que acaba com a sua normal actividade sem que até ao momento ainda ninguém tenha uma vez mais compreendido, afinal, o que se está a a passar, eis que é anunciado ao país com total incredulidade do sector, a extinção da Secretaria de Estado da Agricultura.

É a vergonha nacional. É a vergonha nacional e de facto este novo e preocupante episódio parece significar que de facto, sem margem para dúvida, está dado o último passo para o desmantelamento do Ministério da Agricultura em Portugal, por motivações que não resultam claras e que merecem esclarecimento por quem tutela a pasta, pelo desrespeito que tal possibilidade representa para todos os agricultores.

Após um ano verdadeiramente preocupante para o sector agrícola, em que aquilo que as suas entidades representativas mais exigiam era um reforço técnico dos seus quadros e valências, o Governo faz o contrário.

Tanto assim é que em comunicado, a CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal, rapidamente se manifestou contra este triste momento histórico a que assiste, considerando que, e cita-se: “A pasta da Agricultura precisa de competência técnica e de capacidade política. Neste momento, está vazia destes requisitos. A incompetência técnica gritante, o desconhecimento absoluto do funcionamento do Ministério que tutela e a mais do que evidente falta de peso político da Ministra da Agricultura transtorna e prejudica o setor, dificulta a vida dos agricultores. A Ministra da Agricultura, por ação ou omissão, continua a

atuar deliberadamente contra aqueles que sectorialmente tutela, resultando em graves prejuízos e perdas para a agricultura e floresta nacionais. A incompetência em apoiar a produção – quando existem verbas e instrumentos comunitários à disposição – traduz-se em perda de competitividade para os agricultores.”<sup>1</sup>

Muito mais se poderia dizer, mas terminamos novamente citando a CAP no supra citado comunicado, porque são lapidares as suas palavras e desmerecem qualquer acrescento, cita-se:

“Os agricultores portugueses merecem mais, a Agricultura nacional merece respeito!”

Como tal, e porque para lá de tudo quanto se indicou os agricultores estão na rua e assim permanecerão em várias zonas do país segundo anunciado pelos próprios, é chegado o momento da Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação ser ouvida em sede de comissão, com carácter de urgência, sobre a extinção da Secretaria de Estado da Agricultura, a crise generalizada no sector, política e económica, e a constante diminuição da sua importância no Executivo de Portugal.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requer a audição urgente à Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação para prestação de esclarecimentos sobre a extinção da Secretaria de Estado da Agricultura, a crise generalizada no sector, política e económica, e a constante diminuição da sua importância no Executivo de Portugal.

Palácio de São Bento, 27 de janeiro de 2023

O deputado

Pedro Frazão

---

<sup>1</sup> <https://www.agroportal.pt/extincao-da-secretaria-de-estado-da-agricultura-revela-mais-uma-vez-o-enorme-desprezo-do-governo-para-com-os-agricultores/>